

Especial

A americana DuPont desenvolve no Brasil tecnologia de blindagem automotiva popular **B7**

Corretoras e bancos estrangeiros mostram interesse em comprar instituições no Brasil **C1**

Judiciário Projeto em Ribeirão tira 1,7 mil famílias de áreas de risco

Juiz encontra alternativas para acabar com favelas

Zínia Baeta
De Ribeirão Preto (SP)

São 10h30 da manhã de uma segunda-feira, quase 30 graus em Ribeirão Preto (SP). O juiz João Gandini, titular da 2ª Vara de Fazenda do município, deixa por algumas horas o conforto do ar-condicionado do gabinete e os 34 mil processos sob sua responsabilidade para acompanhar a última etapa do projeto de urbanização de uma das mais antigas favelas da cidade — agora, o bairro Monte Alegre.

No local, não há mais barracos de madeira, mas casas de alvenaria. As 330 famílias que moram no bairro possuem água encanada e energia elétrica. Com a demolição de 90 barracos, os becos deram passagem a ruas, o que permite a coleta semanal de lixo, algo impensável até então.

A urbanização da favela não foi proposta pelo Poder Executivo — apesar de contar com verbas públicas e implementação técnica da Cohab — mas pelo magistrado, que há quatro anos idealizou o projeto Moradia Legal, responsável pelo encaminhamento de 1,7 mil famílias de Ribeirão Preto que vivem em situação precária.

O magistrado passou parte de sua vida no Jardim Ângela, bairro da zona sul da cidade de São Paulo, que já foi considerado um dos mais violentos do país. Filho de um pequeno agricultor de Adolfo, cidade do interior de São Paulo, Gandini mudou-se com a família para a capital quando tinha dez anos. Para ajudar nas despesas de casa, foi catador de papelão e vendedor de sorvete, mas acabou realizando o grande sonho: aos 21 anos, entrou na faculdade do Largo São Francisco, Gandini, que superou inúmeros obstáculos para chegar à magistratura, diz que gosta de solucionar o drama por trás de cada ação. “O processo é frio, um livro onde há um drama humano. O juiz tem que solucionar esse drama e não apenas o processo”, diz.

Foi com essa motivação e também inspirado em sua história de vida (*leia ao lado*) que Gandini saiu muitas vezes do gabinete para buscar uma solução real para os diversos processos de reintegração de posse de áreas do município, que foram invadidas e já possuíam alguma decisão judicial, mas sem resultado efetivo.

O magistrado, acompanhado pelo também juiz Júlio César Dominguez, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ribeirão, mobilizou a sociedade para resolver não só os processos que estavam sob sua mesa, mas também para acabar com as 34 favelas da cidade — mapeadas por ele e um fotógrafo, que sobrevoaram o município por 51 minutos em um helicóptero.

Feito isto, Gandini buscou os governos municipal, estadual e federal, Câmara de Vereadores, Ministério Público, empresários, uniu igrejas e contou com muitos voluntários. Montou um grupo dividido por áreas (financeira, jurídica e físico-territorial) — que deu origem ao Moradia Legal — encarregado de fazer um raio-X das favelas, levantar o número de famílias e a situação de cada uma.

“Cada barraco foi numerado e os nomes das famílias registrados”, afirma. O resultado do “censo” foi a constatação da existência de 4,5 mil famílias, ou 20 mil pessoas nessas comunidades. Em uma segunda etapa do projeto, foram escolhidos os núcleos que deveriam ter prioridade e, a partir daí, buscou-se recursos para a re-

tirada de famílias de áreas de risco e ainda a urbanização das favelas onde a medida fosse viável.

Foi necessário também propor alterações na legislação do município sobre o uso e ocupação do solo, com a criação de áreas de interesse social — o que permite a concessão de isenções tributárias — e normas que coibissem a construção em áreas irregulares, para evitar o surgimento de novas favelas.

Quatro anos após o início do Moradia Legal, os resultados são animadores. Uma das áreas escolhidas pelo programa está no entorno do aeroporto do município. De lá serão retiradas 720 famílias, das quais 29 já estão instaladas em casas construídas pela prefeitura no bairro Paulo Gomes Romeu. As obras estão sendo custeadas pelo município, Estado e União. Segundo Gandini, R\$ 47 milhões são provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

As demais 692 moradias, que estão em fase de construção da cobertura, devem ser entregues no máximo até o início de 2011. Para o local de transferência, a infraestrutura já está pronta: há creches, escolas e postos de saúde funcionando.

Outra área cujo projeto já foi finalizado é o núcleo de Monte Alegre, hoje um bairro do município, reconhecido por lei aprovada na Câmara. Para a urbanização, 90 barracos foram derrubados para a abertura de ruas, canalização de água, esgoto, instalação de postes de luz e a construção de três praças. As famílias, cujas casas deixaram de existir, foram transferidas para moradias construídas pela Cohab, distantes cerca de um quilômetro da antiga favela. As moradias são subsidiadas e as famílias pagarão R\$ 65,00 por mês, ao longo de dez anos, para a aquisição do bem. As 330 casas que permaneceram no núcleo são de alvenaria.

Segundo Gandini, o programa fechou um acordo com a CPFL Energia, que doou para cada casa do Monte Alegre relógios para a medição de energia, geladeiras, postinhos de iluminação, chuveiro e lâmpadas econômicas. Além disso, toda a reforma elétrica interna foi realizada pela companhia.

O gerente de relações com o poder público da CPFL, Luiz Carlos Valli, afirma que, além do aspecto social da medida — que permitirá aos moradores terem contas de energia e forma de comprovação de endereço —, as adulterações na rede elétrica, conhecidas como gatos, foram solucionadas. O programa de desfavelização do Monte Alegre foi custeado pelo município, com uma verba de R\$ 3,8 milhões.

Na favela Faiane, distrito de Bonfim Paulista, a solução para a área de risco veio de uma parceria com a iniciativa privada. Gandini explica que 44 famílias serão retiradas para uma área contígua ao longo dos próximos dois anos. As obras são custeadas por uma construtora, que está implantando um grande empreendimento residencial na região.

Outros dois núcleos também estão com programas em andamento. Em Mangueiras, zona oeste de Ribeirão, as obras para a construção de 384 apartamentos estão em fase de licitação pelo governo estadual. A favela de Várzea, zona norte, possui 530 famílias, e passa por estudos geológico e topográfico. “Cerca de 1.700 famílias estão com a situação resolvida ou encaminhada. Meu objetivo é que não existam mais favelas em Ribeirão em alguns anos”, afirma o juiz.



O magistrado João Gandini: o processo é frio, um livro onde há um drama humano. O juiz tem que solucionar esse drama e não apenas o processo

Projeto de urbanização recebe o prêmio Innovare

De Ribeirão Preto

João Gandini, 53 anos, começou a trabalhar cedo. Aos sete anos já ajudava o pai na roça, em Adolfo, interior de São Paulo. Aos dez anos, com a mudança da família para Araçatuba, e posteriormente para São Paulo, passou a exercer outras atividades: vendeu sorvete, bilhetes da loteria, catou papelão e, aos 14 anos, teve o primeiro emprego registrado, como empacotador de um supermercado.

O objetivo do pai de Gandini era que todos os cinco filhos tivessem a oportunidade de estudar. Na capital de São Paulo, as dificuldades foram inúmeras, a começar pela inexistência de vagas nas escolas. Foi necessário enfrentar seis mil

concorrentes para entrar em uma escola particular que possuía convênios com o poder público. Apesar dos obstáculos, Gandini nutria o sonho de tornar-se juiz.

Para ele, a única oportunidade de estudar direito seria em uma das mais concorridas faculdades do país: a Universidade de São Paulo (USP). Com 21 anos, classificado entre os primeiros lugares do vestibular, conseguiu ingressar na São Francisco. Aos 27 anos, no mesmo ano em que se formou, Gandini alcançou seu objetivo.

Hoje, com 26 anos de magistratura, tenta realizar em Ribeirão Preto o mesmo trabalho que fez em Jaboticabal (SP), onde foi juiz por sete anos. A favela que existia naquele município foi desfeita por

meio de um programa também desenvolvido pelo magistrado em parceria com órgãos públicos e entidades privadas. Onde havia a favela, hoje há um bairro denominado Vila Nova Esperança.

Com 34 mil processos sob sua guarda, na 2ª Vara de Fazenda Pública de Ribeirão, sete livros de poesia publicados, três obras de direito, sem falar das aulas que ministra na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e das atividades realizadas na diretoria da Associação Paulista de Magistrados (Apmagis), o juiz usa seus fins de semana e parte das noites para coordenar o Moradia Legal e os outros projetos sociais que desenvolve.

No fim de 2008, recebeu das mãos do vice-presidente da Repú-

blica, José Alencar, o prêmio Innovare na categoria juiz individual. A premiação foi concedida em razão do Moradia Legal, idealizado em 2006, e responsável por urbanizar uma favela de Ribeirão Preto e encaminhar famílias que viviam em áreas de risco para moradias seguras. Como premiação, o magistrado recebeu R\$ 50 mil, doados por ele para o programa.

O Innovare, que está na sétima edição, foi criado pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça para homenagear práticas de gestão do Poder Judiciário que contribuam para a modernização e melhoria da Justiça. (ZB)

Dona de casa realiza o sonho de ter um quarto só seu



Marilene Godoy Martins da Silva e Joicilene Sena Silva: vida nova com a urbanização da favela Monte Alegre



Juiz João Gandini: meu objetivo é fazer com que não existam mais favelas em Ribeirão Preto em alguns anos

De Ribeirão Preto

Dona Nilzete Dantas está em um dos cantos de uma praça do bairro Monte Alegre, enquanto aguarda a inauguração oficial da obra. Ela acha graça ao olhar para uma grande mangueira e ver que a árvore agora faz parte de uma praça e não mais do quintal de sua antiga casa. “Aqui onde estou era o meu quarto”, comenta. Nilzete, mãe de quatro filhos, faz parte do grupo de 90 famílias que foram transferidas da antiga favela Monte Alegre para uma área próxima, onde foram construídas, pela Cohab, 102 casas de 43,18 metros quadrados, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. A casa onde Nilzete morava foi derrubada, assim como outras, para dar passagem para ruas e postes, como estabelecido na proposta de urbanização do programa Moradia Legal.

Gildenia da Costa Rodrigues, 27 anos, dona de casa que há 15 anos mora no bairro, não deixou a comunidade, mas foi transferida de casa. Passou para uma moradia maior, com quatro cômodos e não apenas dois. “Agora meu filho tem um quarto só para ele e eu tenho um para mim. Não moramos mais em um beco, mas de frente para a rua”, afirma.

Segundo ela, tão importante quanto a nova moradia é a mudança no status de favela Monte Alegre para bairro Monte Alegre, denominação oficial do lugar após a urbanização e aprovação de lei na Câmara Municipal. Para a dona de casa, morar em um bairro muda tudo em sua vida. Gildenia imagina que as pessoas deixarão de olhá-la com preconceito e será mais fácil conseguir um emprego. “Agora fazemos parte da sociedade, deixarei de ser rotulada.”

“Voltar para a sociedade” também é o termo que Joicilene Sena Silva usa para descrever a mudança. “As pessoas acham que você mora na favela por incompetência”, afirma. Ela morava em quatro cômodos espremidos entre três casas. Mudou para uma das 102 casas construídas pela Cohab há um ano. “Eu era obrigada a ouvir as músicas do vizinho, a viver a vida do outro, mal podia respirar.” (ZB)